

Termo de Referência 233/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
233/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	BRIZA PAULA DE OLIVEIRA	07/11/2024 08:09 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90028/2023	23344.001351.2024-28

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ingredientes e insumos para o setor de Alimentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão participante.

Itens do Órgão Gerenciador IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍNIMO POR REQUISIÇÃO
1	POTE DE VIDRO, CAPACIDADE: 250 ml, COR: INCOLOR, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	321041	Unidade	2000	5,65	11.300,00	200 unidades
2	POTE VIDRO, FINALIDADE ENVAZAMENTO DE DOCE, FORMATO CILÍNDRICO, DIÂMETRO 14 cm, ALTURA 12 cm, CAPACIDADE 700 ml, TEMPERATURA UTILIZAÇÃO 100º C. COM TAMPA.	253452	Unidade	5000	5,31	26.550,00	500 unidades
3	Embalagem plástica, forma: saco, largura: 18 cm, altura: 28 cm, material: polietileno, espessura: 0,10 micron, aplicação: embalar carnes, defumados, embutidos e queijos., cor: incolor, características adicionais: termoencolhível.	462201	Milheiro	25	650,00	16.250,00	2 milheiros
4	DETERGENTE SANEANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: ÁCIDO, COMPOSIÇÃO: C/ ÁCIDO FOSFÓRICO. Detergente	444549	Litro	40	43,37	1.734,80	5 litros

	ácido para limpeza do pasteurizador. Galão com 5 litros cada um.						
5	DETERGENTE SANEANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: ALCALINO, COMPOSIÇÃO: COM CLORO. Detergente alcalino para limpeza diária do pasteurizador. Galão com 5 litros cada um.	416419	Litro	40	49,48	1.979,20	5 litros
6	COALHO EM PÓ. APRESENTAÇÃO: PÓ PODER DE COAGULAÇÃO: 1: 90.000. FRASCO COM 500 GRAMAS. De origem bovina.	235049	Frasco com 500 gramas	12	218,85	2.626,20	1 frasco
7	COCO RALADO, INGREDIENTES AMÊNDOA DE COCO, APRESENTAÇÃO TRITURADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM AÇÚCAR. Pacote com 200 gramas cada.	421669	Pacote com 200 gramas	80	26,50	2.120,00	8 pacotes
8	CHOCOLATE, TIPO PRETO, APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR TRADICIONAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 50 % CACAU. Caixa com 200 gramas.	463547	Caixa com 200 gramas	60	17,34	1.040,40	6 caixas
9	OLEAGINOSA, TIPO AMENDOIM, APRESENTAÇÃO NATURAL, ADICIONAL SEM CASCA. Embalagem com 1 kg cada.	464534	Embalagem com 1 kg	20	18,52	370,40	2 embalagens
10	CAFÉ, APRESENTAÇÃO SOLÚVEL GRANULADO, INTENSIDADE MÉDIA, TIPO TRADICIONAL. Sachê com 50 gramas cada um.	463568	Sachê com 50 gramas	50	6,50	325,00	5 sachês
11	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MATERIAL COPO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL BASE: AÇO INOX, CAPACIDADE: 2 L, TENSÃO NOMINAL: 110/220 V. Potência do motor podendo variar entre 800W a 1000W.	405225	Unidade	2	848,18	1.696,36	1 unidade
12	Caixa plástica, material: polietileno, comprimento: 60 cm, largura: 39 cm, altura: 21 cm, aplicação: acondicionamento de alimentos, saladas, etc..., cor: branca, características adicionais: industrial, fechada, com tampa, resistente. Caixa plástica com capacidade de 36 litros.	276901	Unidade	30	121,12	3.633,60	3 unidades
13	FERMENTO TIPO: LÁTICO, APRESENTAÇÃO: PÓ, COMPOSIÇÃO: STREPTOCOCCUS SALIVARIUS SUBSÉSPECIE THERMOPHILUS. Fermento para queijo Muçarela e Minas Padrão. Cada embalagem para fermentar 500 litros de leite. Embalagem contendo 10 gramas cada.	462149	Embalagem com 10 gramas	35	80,62	2.821,70	3 embalagens

14	Faca, material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento lâmina: 8 pol, largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne. Largura podendo variar entre: 04,60 cm até 05,00 cm. Altura podendo variar entre: 02,00 cm até 03,00 cm. Comprimento podendo variar entre: 33,70 cm até 34,00 cm.	455573	Unidade	15	63,94	959,10	1 unidade
15	Pedra Afiar. Tipo: Dupla Face. Comprimento podendo variar entre: 20 CM até 25 CM. Largura: 7,5 CM até 8,5 CM. Espessura: 2,5 CM até 3,5 CM. Especificação: Carbureto Silício.	264544	Unidade	5	40,69	203,45	1 unidade
16	Bandeja, comprimento: 30 cm, largura: 20 cm, material: polietileno, altura: 6 cm. Bandeja para manipular alimentos, na cor branca. Comprimento podendo variar entre 30 cm a 35 cm; largura de 20 cm a 25 cm e altura de 6 cm a 8 cm.	373148	Unidade	15	14,54	218,10	1 unidade
17	BANDEJA, RETANGULAR, 40 CM, 28 CM RESIDENCIAL, SERVIR LÍQUIDOS E ALIMENTOS, NÃO APLICÁVEL. Bandejas na cor branca. As medidas podem variar de 40 cm até 45 cm. E de 28 cm até 32 cm.	218988	Unidade	10	28,00	280,00	1 unidade
18	BALDE, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, CAPACIDADE: 18 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS. Na cor branca.	287670	Unidade	20	31,56	631,20	2 unidades
19	PANELA DE MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, CAPACIDADE: 25 LITROS, DIÂMETRO: 38 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇA. Com altura variando (+-) entre 25 cm e 36,4 cm e diâmetro com variação entre 29cm e 40 cm.	382160	Unidade	5	191,00	955,00	1 unidade
20	PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 16 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	399471	Unidade	4	93,50	374,00	1 unidade
21	LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 4,50 LITROS, MATERIAL CABO: MADEIRA, FORMATO: CILÍNDRICO	240392	Unidade	3	80,14	240,42	1 unidade
	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, ALTURA: 4,5CM, COMPRIMENTO: 33 CM,						

22	LARGURA: 23 CM, FORMATO: RETANGULAR. Com altura variando (+-) entre 4,5 cm e 5,5 cm e comprimento com variação entre 33 cm e 40 cm. Largura entre 23 cm e 28 cm.	301067	Unidade	5	41,00	205,00	1 unidade
23	CLORETO DE CÁLCIO, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: 40%. Ingrediente fundamental para produção de queijos com leite pasteurizado. Embalagem com 5 litros para facilitar o uso e evitar o desperdício.	437092	Litro	20	32,44	648,80	5 litros
24	ÁCIDO LÁTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO XAROPOSO, LEVEMENTE AMARELADO, INODORO, PESO MOLECULAR: 90,08, TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 85%, FÓRMULA QUÍMICA: C3H6O3 EM SOLUÇÃO AQUOSA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 79-33-4; Ingrediente para produção e queijos. Embalagem com 5 litros para facilitar o uso e evitar desperdício.	421731	Litro	20	58,13	1.162,60	5 litros
25	BATEDEIRA DOMÉSTICA, FREQUÊNCIA: 60HZ, CAPACIDADE: 2.000 ML, TIPO: PLANETÁRIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIGELA EM INOX, TRAVA AUTOMÁTICA E 5 VELOCIDADES, POTÊNCIA: 330W, VOLTAGEM: 220 V. Velocidades podendo variar de 5 a 7 e potência podendo variar de 330W até 700W.	260900	Unidade	2	400,00	800,00	1 unidade

Itens do Órgão Participante IFSULDEMINAS - Campus Carmo de Minas							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍNIMO POR REQUISIÇÃO
26	POTE DE VIDRO, CAPACIDADE: 250 ml, COR: INCOLOR, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	321041	Unidade	200	5,65	1.130,00	20 unidades
27	POTE VIDRO, FINALIDADE ENVAZAMENTO DE DOCE, FORMATO CILÍNDRICO, DIÂMETRO 14 cm, ALTURA 12 cm, CAPACIDADE 700 ml, TEMPERATURA UTILIZAÇÃO 100° C. COM TAMPA.	253452	Unidade	500	5,31	2.655,00	50 unidades

28	Caixa plástica, material: polietileno, comprimento: 60 cm, largura: 39 cm, altura: 21 cm, aplicação: acondicionamento de alimentos, saladas, etc..., cor: branca, características adicionais: industrial, fechada, com tampa, resistente. Caixa plástica com capacidade de 36 litros.	276901	Unidade	5	121,12	605,60	1 unidade
29	FERMENTO TIPO: LÁTICO, APRESENTAÇÃO: PÓ, COMPOSIÇÃO: STREPTOCOCCUS SALIVARIUS SUBSÉSPECIE THERMOPHILUS. Fermento para queijo Muçarela e Minas Padrão. Cada embalagem para fermentar 500 litros de leite. Embalagem contendo 10 gramas cada.	462149	Embalagem com 10 gramas	3	80,62	241,86	1 unidade
30	Faca, material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento lâmina: 8 pol, largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne. Largura podendo variar entre: 04,60 cm até 05,00 cm. Altura podendo variar entre: 02,00 cm até 03,00 cm. Comprimento podendo variar entre: 33,70 cm até 34,00 cm.	455573	Unidade	10	63,94	639,40	1 unidade
31	BALDE, MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO, CAPACIDADE: 18 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS. Na cor branca.	287670	Unidade	10	31,56	315,60	1 unidade
32	PANELA DE MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, CAPACIDADE: 25 LITROS, DIÂMETRO: 38 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇA. Com altura variando (+-) entre 25 cm e 36,4 cm e diâmetro com variação entre 29cm e 40 cm.	382160	Unidade	1	191,00	191,00	-
33	PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 16 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	399471	Unidade	4	93,50	374,00	1 unidade
34	LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 4,50 LITROS, MATERIAL CABO: MADEIRA, FORMATO: CILÍNDRICO	240392	Unidade	3	80,14	240,42	1 unidade
35	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, ALTURA: 4,5CM, COMPRIMENTO: 33 CM, LARGURA: 23 CM, FORMATO: RETANGULAR. Com altura variando (+-) entre 4,5 cm e 5,5 cm e comprimento com variação entre 33	301067	Unidade	5	41,00	205,00	1 unidade

	cm e 40 cm. Largura entre 23 cm e 28 cm.						
--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. Se houver divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico Compras.gov.br e as deste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se enquadram na definição de bens e serviços comuns do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Os proponentes devem ofertar produtos novos, para primeiro uso.

1.6. Os licitantes deverão utilizar a Unidade de Medida descrita na tabela acima para fins de cálculo do valor de sua proposta. No entanto, **os produtos deverão ser fornecidos conforme as embalagens mencionadas nas especificações de cada item.** Não serão aceitas propostas com unidade de medida diversa ou com unidade de fornecimento diferente das exigidas na especificação dos itens.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação do órgão gerenciador está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir.

- I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000006/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA, Classe/Grupo e Identificador da Futura Contratação:

Item	Id do item no PCA	Classe/Grupo	da	Identificador Futura Contratação
1	1341	7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA		158305-90028/2023
2	1342	7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA		158305-90028/2023
3	1347	8145 - RECIPIENTES ESPECIALIZADOS PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM		158305-90028/2023
4	1348	6840 - PESTICIDAS E DESINFETANTES		158305-90028/2023
5	1349	6840 - PESTICIDAS E DESINFETANTES		158305-90028/2023
6	1336	8910 - OVOS E LATICÍNIOS		158305-90028/2023
7	1381	8925 - AÇÚCAR		158305-90028/2023
8	1382	8955 - CAFÉ		158305-90028/2023
9	1383	8915 - FRUTAS		158305-90028/2023
10	1384	8955 - CAFÉ		158305-90028/2023
11	1378	7320 - EQUIPAMENTOS E APARELHOS DE COZINHA		158305-90028/2023
12	1366	9330 - ARTIGOS DE PLÁSTICO		158305-90028/2023
13	1340	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS		158305-90028/2023
14	1357	7340 - CUTELARIA E TALHERES		158305-90028/2023
15	1358	5345 - DISCOS E PEDRAS ABRASIVOS		158305-90028/2023
16	1362	7360 - JOGOS		158305-90028/2023

17	1361	7360 - JOGOS	158305-90028/2023
18	1356	7240 - RECIPIENTES PARA USO DOMÉSTICO E COMERCIAL	158305-90028/2023
19	1369	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-90028/2023
20	1368	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-90028/2023
21	1364	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-90028/2023
22	1359	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-90028/2023
23	1344	6810 - PRODUTOS QUÍMICOS	158305-90028/2023
24	1343	6810 - PRODUTOS QUÍMICOS	158305-90028/2023
25	1379	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-90028/2023

2.3. Para os itens do órgão participante, a previsão no Plano de Contratações Anual 2024 está detalhada no PNCP (<https://pncp.gov.br/app/pca/10648539000105/2023>).

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Não foram encontrados requisitos aplicáveis a esta contratação no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pois o órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A convocação para entrega do objeto será feita por meio de Ordem de Fornecimento.

5.2. O prazo de entrega será de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3. No **Campus Inconfidentes**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 7h às 10h30 ou das 13h às 16h30, em local a ser descrito na Ordem de Fornecimento, podendo ser nos seguintes endereços:

5.3.1. Setor de Almoxarifado do Campus Inconfidentes, localizado na Avenida Alvarenga Peixoto nº 240, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.

5.3.2. Fazenda-escola do Campus Inconfidentes, localizada no Bairro Escritório Velho, zona rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.

5.3.3. Setor de Patrimônio do Campus Inconfidentes, situado na Praça Tiradentes, nº 416, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.

5.4. No **Campus Carmo de Minas**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, no IFSULDEMINAS Campus Carmo de Minas, localizado na Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/n, Bairro Chacrinha, Carmo de Minas-MG, Cep 37472-000.

5.5. O contratado deverá depositar o objeto no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório.

5.6. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do objeto no local indicado pelo recebedor dos materiais.

5.7. Tanto no transporte até os locais de entrega, quanto às embalagens, os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

5.7.1. As caixas dos vidros e principalmente das tampas não poderão conter nenhum dano e não poderão estar amassadas, pois comprometerá a vedação final dos alimentos.

5.7.2. As bandejas não poderão conter nenhuma rachadura ou imperfeições pois serão utilizadas na fabricação de alimentos.

5.8. O pedido mínimo para entrega, por requisição, será aquele indicado na tabela no início deste termo, exceto quando o remanescente do quantitativo do item não atingir o quantitativo mínimo, hipótese que caracterizará último fornecimento da contratada do respectivo item, podendo ser qualquer quantidade.

5.9. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Prazo de validade

5.10. Para os produtos cujo prazo de validade seja determinado, o prazo de validade não poderá ter transcorrido mais de vinte por cento do prazo de validade indicado pelo fabricante na data da entrega.

Garantia

5.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou o prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tem-se por recebimento definitivo aquele previsto no Art. 140, I, b da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11.1. Perdendo os materiais suas características ou se deteriorando e estando eles dentro do prazo de garantia/validade ou tempo de vida útil, assim como em condições normais de armazenamento, deverão ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação formal do contratante, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis. Para tanto, ficará por conta e ônus do contratado todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido, obedecendo ao lote mínimo definido na Planilha no início deste termo. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133 /2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Almoxarifado, Patrimônio ou pela área requisitante.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo Setor de Almoxarifado, Patrimônio ou pela área requisitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

7.2.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

7.2.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

7.2.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

7.2.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados da Nota de Empenho e do órgão contratante;
- c) o valor a pagar; e
- d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo indicado pelo licitante, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A Administração desconsiderará nos valores a serem pagos as frações com valor inferior a R\$ 0,01 (um centavo).

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12. Caso a licitante seja dispensada de algum registro/inscrição mencionados acima, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os

créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.23. Se a licitante for cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.23.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23. 7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 85.723,21

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 85.723,21 (oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela deste Termo.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da contratação.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo;

11.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

11.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. Infrações e sanções administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;

1.1. O atraso superior a dez dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” até “h” do subitem 13.1, de 0,5 % a 30 % do valor do item.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Foro

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA COUTINHO PINHEIRO DA ROSA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/11/2024 às 10:55:14.

Despacho: Aprovo

LUIZ FLAVIO REIS FERNANDES

Diretor-geral



Assinou eletronicamente em 06/11/2024 às 14:39:20.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - P 04 ETP 67.2024.pdf (160.45 KB)

Anexo I - P 04 ETP 67.2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 67/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23344.001351.2024-28

2. Descrição da necessidade

Aquisição de ingredientes e insumos para o Setor de Alimentos do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes através de Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços — SRP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Alimentos / Agroindústria	Fernanda Coutinho Pinheiro da Rosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021 e pelas Instruções Normativas 65/2021, 58/2022 e 81/2022.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 4.1 A convocação para entrega dos materiais será feita por meio de Ordem de Fornecimento.
- 4.2. O prazo de entrega será de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de emissão e envio da Ordem de Fornecimento pela contratada.
- 4.3. A entrega do material ocorrerá totalmente às expensas da contratada, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga dos materiais nos locais indicados pelo recebedor dos serviços.
- 4.4. Os locais de entrega serão os relacionados abaixo, de acordo com o que constar na ordem de fornecimento, todos situados no município de Inconfidentes - MG.
 - 4.4.1. Setor de Almoxarifado do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, localizado na Av. Alvarenga Peixoto, nº 240, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.
 - 4.4.2. Fazenda escola do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, localizado no Bairro Escritório Velho, zona rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG, a aproximadamente 500 metros do centro da cidade.
 - 4.4.3. Setor de Patrimônio do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, situado na Praça Tiradentes, nº 416, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.
- 4.5. A entrega deverá ocorrer em dia útil, no período das 7h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30.
 - 4.5.1 Todos os materiais e acessórios necessários ao fornecimento serão de responsabilidade da contratada.
 - 4.5.2 A entrega correrá totalmente às expensas do contratado.
 - 4.5.3 No transporte até o local de entrega, o material deverá ser acondicionado adequadamente de acordo com as normas vigentes.

4.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tem-se por recebimento definitivo aquele previsto no Art. 140, I, b da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. Perdendo os materiais suas características ou se deteriorando e estando eles dentro do prazo de garantia ou tempo de vida útil, assim como em condições normais de armazenamento, deverão ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação formal do contratante, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis. Para tanto, ficará por conta e ônus do contratado todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

4.6.2. Havendo necessidade de substituição do objeto, no todo ou em parte, em decorrência de garantia, ficará a cargo da contratada todas as despesas decorrentes.

4.7. Na data da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ter transcorrido mais de vinte por cento do prazo de validade indicado pelo fabricante, quando aplicável.

4.8. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Levantamento de Mercado

Inicialmente foi realizada pesquisa de preços conforme Inciso I do Art. 5º Instrução Normativa Nº 65, de 07 de julho de 2021. Não foram encontradas contratações similares feitas pela administração em pesquisas de gestão de atas SRP, conforme estabelece o Inciso II da mesma IN. Complementarmente foram realizadas pesquisas conforme os Incisos III e IV do Art. 5º da IN 65/2021 para os itens que não possuem três preços no sistema de pesquisas do Compras.gov ou cujos resultados não condizem com o valor de mercado. Para cotações diretas foram considerados fornecedores que usualmente participam de pregões do órgão e possuem capacidade técnica para o objeto, bem como fornecedores do ramo que se localizam próximos ao campus e são referências para os preços praticados na região.

6. Descrição da solução como um todo

A solução mais adequada para atender às necessidades do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes é a contratação por licitação, na modalidade pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública. Esta solução vem sendo adotada anualmente e tem se demonstrado a mais adequada à realidade e infraestrutura do Campus.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Custo Méd. Unit.	Custo Méd. Total
1	POTE DE VIDRO, CAPACIDADE: 250 ml, COR: INCOLOR, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA. Caixas dos vidros e principalmente das tampas sem nenhum dano, sem estar amassadas, porque compromete a vedação final do doce de leite.	2.000	UNIDADE	R\$ 5,65	R\$ 11.300,00
2	POTE VIDRO, FINALIDADE ENVAZAMENTO DE DOCE, FORMATO CILÍNDRICO, DIÂMETRO 14 cm, ALTURA 12 cm, CAPACIDADE 700 ml, TEMPERATURA UTILIZAÇÃO 100° C. COM TAMPA. Caixas dos vidros e principalmente das tampas sem nenhum dano, sem estar amassadas, porque compromete a vedação final do doce de leite.	5.000	UNIDADE	R\$ 5,31	R\$ 26.550,00
3	Embalagem plástica, forma: saco, largura: 18 cm, altura: 28 cm, material: polietileno, espessura: 0,10 micron, aplicação: embalar carnes,	25	MILHEIRO	R\$ 650,00	R\$ 16.250,00

	defumados, embutidos e queijos., cor: incolor, características adicionais: termoencolhível.				
4	DETERGENTE SANEANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: ÁCIDO, COMPOSIÇÃO: C/ ÁCIDO FOSFÓRICO. Detergente ácido para limpeza do pasteurizador. Galão com 5 litros cada um.	40	LITRO	R\$ 43,37	R\$ 1.734,80
5	DETERGENTE SANEANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: ALCALINO, COMPOSIÇÃO: COM CLORO. Detergente alcalino para limpeza diária do pasteurizador. Galão com 5 litros cada um.	40	LITRO	R\$ 49,48	R\$ 1.979,20
6	COALHO EM PÓ. APRESENTAÇÃO: PÓ PODER DE COAGULAÇÃO: 1: 90.000. FRASCO COM 500 GRAMAS. De origem bovina.	12	FRASCO	R\$ 218,85	R\$ 2.626,20
7	COCO RALADO, INGREDIENTES AMÊNDOA DE COCO, APRESENTAÇÃO TRITURADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM AÇÚCAR. Pacote com 200 gramas cada.	80	PACOTE	R\$ 26,50	R\$ 2.120,00
8	CHOCOLATE, TIPO PRETO, APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR TRADICIONAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 50 % CACAU. Caixa com 200 gramas.	60	CAIXA	R\$ 17,34	R\$ 1.040,40
9	OLEAGINOSA, TIPO AMENDOIM, APRESENTAÇÃO NATURAL, ADICIONAL SEM CASCA. Embalagem com 1 kg cada.	20	KG	R\$ 18,52	R\$ 370,40
10	CAFÉ, APRESENTAÇÃO SOLÚVEL GRANULADO, INTENSIDADE MÉDIA, TIPO TRADICIONAL. Sachê com 50 gramas cada um.	50	SACHÊ	R\$ 6,50	R\$ 325,00
11	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MATERIAL COPO:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL BASE:AÇO INOX, CAPACIDADE:2 L, TENSÃO NOMINAL: 110/220 V. Potência do motor podendo variar entre 800W a 1000W.	2	UNIDADE	R\$ 848,18	R\$ 1.696,36
12	Caixa plástica, material: polietileno, comprimento: 60 cm, largura: 39 cm, altura: 21 cm, aplicação: acondicionamento de alimentos, saladas, etc..., cor: branca, características adicionais: industrial, fechada, com tampa, resistente. Caixa plástica com capacidade de 36 litros.	30	UNIDADE	R\$ 121,12	R\$ 3.633,60
13	FERMENTO TIPO: LÁTICO, APRESENTAÇÃO: PÓ, COMPOSIÇÃO: STREPTOCOCCUS SALIVARIUS SUBSÉSPECIE THERMOPHILUS. Fermento para queijo Muçarela e Minas Padrão. Cada embalagem para fermentar 500 litros de leite. Embalagem contendo 10 gramas cada.	35	EMBALAGEM	R\$ 80,62	R\$ 2.821,70
14	Faca, material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento lâmina: 8 pol, largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne. Largura podendo variar entre: 04,60 cm até 05,00 cm. Altura podendo variar entre: 02,00 cm até 03,00 cm. Comprimento podendo variar entre: 33,70 cm até 34,00 cm.	15	UNIDADE	R\$ 63,94	R\$ 959,10
15	Pedra Afiar. Tipo: Dupla Face. Comprimento podendo variar entre: 20 CM até 25 CM. Largura: 7,5 CM até 8,5 CM. Espessura: 2,5 CM até 3,5 CM. Especificação: Carbureto Silício.	5	UNIDADE	R\$ 40,69	R\$ 203,45
16	Bandeja, comprimento: 30 cm, largura: 20 cm, material: polietileno, altura: 6 cm. Bandeja para manipular alimentos, na cor branca. Comprimento	15	UNIDADE	R\$ 14,54	R\$ 218,10

	podendo variar entre 30 cm a 35 cm; largura de 20 cm a 25 cm e altura de 6 cm a 8 cm. Sem conter nenhuma rachadura ou imperfeições, porque será para utilização na fabricação de alimentos.				
17	BANDEJA, RETANGULAR, 40 CM, 28 CM RESIDENCIAL, SERVIR LÍQUIDOS E ALIMENTOS, NÃO APLICÁVEL. Bandejas na cor branca. As medidas podem variar de 40 cm até 45 cm. E de 28 cm até 32 cm. Sem conter nenhuma rachadura ou imperfeições, porque será para utilização na fabricação de alimentos.	10	UNIDADE	R\$ 28,00	R\$ 280,00
18	BALDE, MATERIAL:PLÁSTICO ATÓXICO, CAPACIDADE:18 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM TAMPA, APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS. Na cor branca.	20	UNIDADE	R\$ 31,56	R\$ 631,20
19	PANELA DE MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, CAPACIDADE: 25 LITROS, DIÂMETRO: 38 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇA. Com altura variando (+-) entre 25 cm e 36,4 cm e diâmetro com variação entre 29cm e 40 cm.	5	UNIDADE	R\$ 191,00	R\$ 955,00
20	PANELA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 16 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	4	UNIDADE	R\$ 93,50	R\$ 374,00
21	LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 4,50 LITROS, MATERIAL CABO: MADEIRA, FORMATO: CILÍNDRICO	3	UNIDADE	R\$ 80,14	R\$ 240,42
22	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL, MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, ALTURA: 4,5CM , COMPRIMENTO: 33CM, LARGURA: 23CM, FORMATO: RETANGULAR. Com altura variando (+-) entre 4,5 cm e 5,5 cm e comprimento com variação entre 33 cm e 40 cm. Largura entre 23 cm e 28 cm.	5	UNIDADE	R\$ 41,00	R\$ 205,00
23	CLORETO DE CÁLCIO, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO:40%. Ingrediente fundamental para produção de queijos com leite pasteurizado. Embalagem com 5 litros para facilitar o uso e evitar o desperdício.	20	LITRO	R\$ 32,44	R\$ 648,80
24	ÁCIDO LÁTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO XAROPOSO, LEVEMENTE AMARELADO, INODORO, PESO MOLECULAR: 90,08, TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 85%, FÓRMULA QUÍMICA: C3H6O3 EM SOLUÇÃO AQUOSA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 79-33-4; Ingrediente para produção e queijos. Embalagem com 5 litros para facilitar o uso e evitar desperdício.	20	LITRO	R\$ 58,13	R\$ 1.162,60
25	BATEDEIRA DOMÉSTICA, FREQUÊNCIA: 60HZ, CAPACIDADE: 2.000 ML, TIPO: PLANETÁRIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIGELA EM INOX, TRAVA AUTOMÁTICA E 5 VELOCIDADES, POTÊNCIA: 330W, VOLTAGEM: 220 V. Velocidades podendo variar de 5 a 7 e potência podendo variar de 330W até 700W.	2	UNIDADE	R\$ 400,00	R\$ 800,00
TOTAL					R\$ 79.125,33

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 79.125,33

O valor estimado para contratação é de R\$79.125,33 (setenta e nove mil cento e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), conforme valores e quantidades constantes no item 07 do presente estudo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso I, alínea b, do Art. 40 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. As entregas fracionadas terão como propósito o atendimento às demandas da unidade solicitante. A entrega parcelada torna-se necessária devido à indisponibilidade de armazenamento, na instituição, para grandes quantidades, bem como, a necessidade de atenção às datas de validade dos produtos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta requisição

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PAC/PGC) do ano de 2024, Contratação 158305-28/2023, conforme planejamento prévio do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos produtos do presente estudo permitirá ao setor de Alimentos manter suas condições de produzir e principalmente ensinar com qualidade e de maneira correta seguindo a legislação vigente; abastecer o setor de comercialização (cooperativa-escola) e refeitório, ofertando produtos de qualidade e em quantidade suficiente para atender à demanda. Os itens em questão serão utilizados no desenvolvimento de atividades produtivas, bem como desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão na Instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Conforme estabelece o Art. 10º do Decreto 11.462/2023, os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRP em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação. Dada a especificidade da demanda e por tratar-se de registro de preços para eventual aquisição não se faz viável a participação em múltiplas IRP para atendimento da totalidade da demanda.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram constatados impactos ambientais para presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

A aquisição dos objetos listados no presente estudo são fundamentais para o bom funcionamento do setor de alimentos. Sem a aquisição destes materiais e ingredientes não é possível manter o funcionamento do setor de Alimentos do Campus Inconfidentes. Todos produtos alvos da presente aquisição são indispensáveis para o bom andamento do setor, para que possamos continuar atendendo todas as demandas do Refeitório e Cooperativa Escola, além de auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituição, em especial aquelas inerentes aos cursos das áreas de Alimentos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WANDERSON RODRIGUES DA SILVA

Coordenador Geral de Administração e Finanças



Assinou eletronicamente em 18/09/2024 às 10:55:38.

FERNANDA COUTINHO PINHEIRO DA ROSA

Responsável pelo Setor de Alimentos



Assinou eletronicamente em 18/09/2024 às 13:52:19.

CPF: 10.040.133/0001-30

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 67/2024 158305

Assunto: Estudo Técnico Preliminar 67/2024 158305
Assinado por: Wanderson Silva
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Wanderson Rodrigues da Silva**, COORDENADOR(A) GERAL - CD4 - IFS - CGAF-INC, em 19/09/2024 09:49:31.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 587739
Código de Autenticação: 1fd5c3f103

